

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.229, DE 2002 (PDS 219/2001)

“Anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul ao Sr. Alberto Fujimori pelo Governo Brasileiro.”

Autora: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado JOSÉ GENOÍNO

I - RELATÓRIO

Trata-se de proposição, de autoria do Senado Federal, que anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul ao Sr. Alberto Fujimori, ex-presidente do Peru.

O projeto recebeu parecer pela aprovação na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, nos termos do parecer do relator, Deputado Paulo Delgado.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, a, do Regimento Interno, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

No que toca à constitucionalidade formal, é competência do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados e outros atos

internacionais celebrados pelo Governo brasileiro, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal. A concessão de comenda à autoridade estrangeira sem dúvida constitui ato internacional capaz de comprometer o Estado brasileiro, cabendo à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal deliberar sobre a matéria.

No âmbito da constitucionalidade material, a outorga da Ordem do Cruzeiro do Sul ao ex-presidente Fujimori contraria frontalmente os princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, da liberdade, da justiça, da cidadania, da dignidade da pessoa humana, do pluralismo político e da prevalência dos direitos humanos, conforme consagrado nos arts. 1º e 4º da Constituição Federal. Como é conhecido de todos, o ex-presidente em questão atentou contra a democracia peruana, promovendo inúmeras violações de direitos humanos, tendo ao final se evadido à justiça de seu país. A República Federativa do Brasil não pode compactuar – que dirá mesmo premiar – com semelhante agressão aos princípios mais caros à comunidade das nações. O oferecimento da mais alta comenda brasileira dada a personalidades internacionais ao ex-presidente Fujimori denigre essa honraria e ofende o povo peruano, cabendo agora o ato de desagravo expresso no presente projeto.

Nada tendo a opor quanto à juridicidade e à técnica legislativa da proposição, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo n.º 2.229, de 2002.

Sala da Comissão, em, 16 de dezembro de 2008 .

Deputado JOSÉ GENOÍNO
Relator